



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

**O PODER DA TRANSPARÊNCIA: COMO AS CÂMERAS EM COLETES DE
POLICIAIS PODEM AJUDAR NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA.**

ORIENTANDO - WENDELL BRUNO TACARAMBI DANTAS
ORIENTADORA - PROF.^a. DRA. FERNANDA DA SILVA BORGES

GOIÂNIA-GO

2023

WENDELL BRUNO TACARAMBI DANTAS

**O PODER DA TRANSPARÊNCIA: COMO AS CÂMERAS EM COLETES DE
POLICIAIS PODEM AJUDAR NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA.**

Artigo Científico apresentado à disciplina
Trabalho de Curso II, da Escola de Direito,
Negócios e Comunicação da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás. Prof.^a.
Orientadora: Dra. Fernanda da Silva Borges.

GOIÂNIA-GO

2023

WENDELL BRUNO TACARAMBI DANTAS

**O PODER DA TRANSPARÊNCIA: COMO AS CÂMERAS EM COLETES DE
POLICIAIS PODEM AJUDAR NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA.**

Data da Defesa: 18 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa.: Dra. Fernanda Da Silva Borges Nota

Examinador Convidado: Prof.: Mestre Eurípedes Clementino Ribeiro Júnior Nota

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 VIOLÊNCIA POLICIAL E USO DE CÂMERAS	7
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL E SUAS CAUSAS	9
1.2 DISCUSSÕES SOBRE O USO DE CÂMERAS PELOS POLICIAIS	10
2 IMPACTO DO MONITORAMENTO POLICIAL COM CÂMERAS	11
2.1 CONCEITO, TECNOLOGIAS E IMPLEMENTAÇÃO EM OUTROS PAÍSES	12
2.2 IMPACTOS POSITIVOS DA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA POR MEIO DAS CÂMERAS	13
3 DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO NA SEGURANÇA ...	14
3.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA DO MONITORAMENTO POLICIAL	14
3.2 PAPEL DAS PESQUISAS E DISCUSSÕES NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS MAIS EFICAZES	17
3.3 PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA SEGURANÇA MAIS JUSTA E EFETIVA.....	18
CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	

O PODER DA TRANSPARÊNCIA: COMO AS CÂMERAS EM COLETES DE POLICIAIS PODEM TRANSFORMAR A APLICAÇÃO DA LEI

Wendell Dantas¹

Este artigo científico apresentou uma análise sobre o uso de câmeras corporais e sistemas de vigilância por parte das forças policiais e seu impacto na letalidade policial no Brasil. A segurança pública é um aspecto fundamental para a estabilidade e o desenvolvimento social, contudo, equilibrá-la com o respeito aos direitos humanos representa um desafio complexo. A tecnologia emerge como uma aliada importante nesse contexto, buscando promover uma atuação policial transparente, responsável e eficaz. O estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica que contemplou análises de artigos científicos em periódicos especializados, relatórios de organizações de direitos humanos, teses acadêmicas e documentos governamentais e dados secundários. A análise dessas fontes proporcionou uma compreensão sobre a relação entre a implementação de câmeras corporais por policiais, a segurança pública e o respeito aos direitos humanos. A letalidade policial é um problema crítico no Brasil, evidenciado pela alarmante taxa de mortes por intervenção policial. A presença de câmeras corporais pode representar uma ferramenta transformadora para enfrentar essa questão, ao possibilitar uma visão mais precisa das circunstâncias em que a força é utilizada. Isso propicia uma análise criteriosa das práticas dos policiais, identificando comportamentos inadequados e fomentando a implementação de treinamentos e mudanças institucionais necessárias para mitigar a letalidade e promover a segurança de todos os envolvidos. Por fim, observou-se a importância da implementação responsável e eficaz das câmeras corporais por parte das forças policiais brasileiras como uma estratégia para garantir a segurança pública sem comprometer os direitos fundamentais da população, contribuindo para um ambiente de confiança mútua e prestação de contas no contexto da segurança pública no país.

Palavras-chave: Segurança pública. Câmeras corporais. Letalidade policial. Direitos humanos. Atuação policial.

INTRODUÇÃO

A segurança pública é um pilar crucial para a estabilidade e o desenvolvimento de qualquer sociedade. No entanto, garanti-la não pode ocorrer às custas da violação dos direitos humanos. É um desafio intrincado que exige estratégias inovadoras, políticas públicas eficazes e uma abordagem integrada para conciliar a necessidade de segurança com o respeito às liberdades individuais e aos direitos fundamentais.

A tecnologia, nesse cenário, surge como uma aliada importante. A utilização de câmeras corporais e sistemas de vigilância é uma dessas inovações que visam alcançar uma atuação policial mais transparente, responsável e eficaz. Ao registrar interações entre policiais e cidadãos, esses dispositivos podem servir como ferramentas para a prestação de contas, ao fornecer evidências objetivas de eventos e incidentes. Isso, por sua vez, pode proteger tanto a comunidade quanto os próprios agentes da lei de falsas acusações e promover um ambiente de confiança mútua.

Um dos desafios críticos que o Brasil enfrenta é a letalidade policial, uma problemática complexa que está interligada a uma série de fatores socioeconômicos, culturais e históricos. A presença de dispositivos de vigilância pode ser um elemento transformador para abordar esse problema. Ao capturar os eventos em tempo real, as câmeras proporcionam uma visão mais precisa das circunstâncias em que a força é utilizada. Isso permite uma análise mais criteriosa das ações dos policiais, identificando práticas inadequadas, possibilitando treinamento adequado e promovendo mudanças institucionais necessárias para mitigar a letalidade e promover a segurança de todos os envolvidos.

A taxa de mortes por intervenção policial no Brasil é alarmante. Isso reflete a necessidade de adotar medidas que garantam a segurança da população sem violar seus direitos fundamentais. A implementação de câmeras por policiais é uma abordagem que tem demonstrado eficácia em outras partes do mundo e pode ser adaptada para a realidade brasileira.

Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma análise da literatura disponível sobre o uso de câmeras por policiais e seu impacto na letalidade policial. Consultaram-se diversas fontes, incluindo artigos científicos em periódicos especializados, relatórios de organizações de direitos humanos, teses acadêmicas e documentos de instituições governamentais. A análise crítica dessas fontes ofereceu insights valiosos sobre a relação entre a implementação de

câmeras por policiais, a segurança pública e o respeito aos direitos humanos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do tema.

Tendo como objetivo a análise da efetividade do monitoramento policial. Levantando hipóteses de como essa implementação tecnológica pode influenciar em uma melhora significativa na relação entre policiais e a população, e na possível diminuição da violência por parte dos agentes de segurança pública.

Na primeira seção aborda-se a contextualização da violência policial no Brasil, explorando suas causas multifacetadas, incluindo fatores históricos, culturais e estruturais. Destacou-se a cultura institucional enraizada em autoritarismo, a formação profissional voltada para a extrema violência, e a falta de condições adequadas de trabalho como elementos que contribuem para a perpetuação desse fenômeno. A discussão ressaltou a necessidade de uma abordagem integrada que transforme a cultura institucional, invista em formação profissional, reestruture as instituições policiais e promova a igualdade social para enfrentar efetivamente a violência policial no país. Expondo como surgiram as primeiras discussões a respeito do implemento de *body cams*, e de que modo elas poderiam auxiliar na melhoria dos casos de abuso de poder.

Na segunda seção do trabalho, trata-se da pesquisa, analisando como seria esse impacto, e de que forma poderia ser implementado os sistemas de monitoramento. Trazendo as hipóteses de que modo seria útil essa utilização, como em elucidações de casos criminais, fornecendo evidências cruciais para investigações e processos judiciais. E de como agentes infratores poderiam mudar de postura, ao perceber estarem sendo monitorados. Mostrando também uma breve ideia de como essa tecnologia influenciou em outros países que a implementou.

Na terceira seção, aborda-se estudos mais aprofundado sobre as estatísticas da utilização de câmeras por policiais. Ressaltando também a grande importância dos debates e pesquisas, para a construção de um sistema mais seguro de segurança. Buscando sempre o melhor para a população.,

1 VIOLÊNCIA POLICIAL E USO DE CÂMERAS

A violência policial é uma preocupação global que envolve o uso excessivo de força por parte das autoridades policiais contra indivíduos, muitas vezes resultando em lesões graves, mortes e violações dos direitos humanos. No contexto brasileiro, a letalidade policial é uma questão alarmante, representando um desafio significativo para a segurança pública e o respeito aos direitos fundamentais. A busca por estratégias para mitigar esse problema complexo e sensível é uma prioridade urgente.

Uma abordagem inovadora e promissora para lidar com esse problema da segurança pública, é a implementação de câmeras corporais nos uniformes dos policiais. Essa tecnologia busca trazer transparência às interações entre policiais e cidadãos, fornecendo evidências objetivas de eventos e incidentes. As *body cams* podem servir como uma ferramenta de prestação de contas, auxiliando na investigação de ações policiais e no monitoramento do uso da força.

No Brasil, a letalidade policial é um fenômeno complexo influenciado por fatores sociais, econômicos e culturais. A presença desses equipamentos pode ser um instrumento transformador para abordar essa problemática.

Além disso, estudos indicam que o uso de câmeras acoplados ao fardamento policial, pode contribuir para o aprimoramento da atuação policial ao incentivar o treinamento adequado e identificar práticas inapropriadas (CAMPOS; SILVA, 2015). Ao capturar eventos em tempo real, possibilita uma visão mais acurada das situações enfrentadas pelos agentes de segurança pública, permitindo aprimorar protocolos de intervenção e garantir que a força seja utilizada de maneira proporcional e necessária.

No entanto, é fundamental considerar desafios relacionados à implementação dessas câmeras, como questões de privacidade e armazenamento de dados. Necessita, entretanto, estabelecer diretrizes claras e regulamentações eficazes para o uso, acesso e armazenamento das gravações, garantindo a proteção da privacidade dos cidadãos e a utilização ética das informações capturadas (COSTA, 2019).

Desse modo, a utilização de câmeras corporais pelos agentes policiais apresenta-se como uma estratégia promissora para mitigar a letalidade policial e promover a segurança da população, respeitando os direitos fundamentais. Entretanto, é essencial que a implementação seja acompanhada de políticas públicas bem fundamentadas e de diretrizes éticas e legais que garantam o uso responsável e transparente dessa tecnologia.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL E SUAS CAUSAS

A violência policial é uma problemática persistente no contexto brasileiro, com sérias consequências para a sociedade e o Estado de Direito. Este fenômeno pode ser compreendido a partir de uma análise interdisciplinar, que envolve fatores históricos, sociais, culturais e estruturais. O Brasil possui uma longa trajetória de violência estatal, que remonta ao período colonial, marcado pela violência exercida contra escravos e populações indígenas.

A situação atual de violência policial no Brasil é resultado de um conjunto complexo de fatores interconectados. Entre as causas primárias, destaca-se a cultura institucional, que muitas vezes perpetua práticas violentas e impede a responsabilização adequada dos agentes envolvidos. Conforme salienta Kucinski (et al., 2015), a cultura policial no Brasil está enraizada em um histórico de autoritarismo e arbitrariedade, o que contribui para a legitimação da violência como forma de controle social.

Outro aspecto central é a capacitação de forma totalmente voltada para a extrema violência e letalidade dos profissionais de segurança pública. A ausência de uma formação humanística e ética contribui para a desumanização das relações entre policiais e a população, potencializando a violência. A abordagem militarizada e a ênfase na repressão ao invés da prevenção também são fatores determinantes.

Além disso, é crucial considerar a questão estrutural que permeia as instituições policiais no Brasil. A precariedade das condições de trabalho, a sobrecarga de funções, a deficiência de recursos e a falta de políticas adequadas são aspectos que afetam diretamente o desempenho dos agentes e, conseqüentemente, a relação com a comunidade.

Em virtude desses fatores, é possível constatar que a taxa de mortalidade entre os policiais no Brasil permanece notavelmente elevada quando comparada à a polícias de outros países, com uma parcela significativa dessas fatalidades sendo resultado de suicídios. Este cenário é predominantemente atribuído à carência de apoio psicológico, infraestrutura adequada e condições de trabalho favoráveis a que esses profissionais são submetidos. Essa situação influencia de maneira substancial a maneira como os policiais conduzem abordagens e desempenham outras responsabilidades inerentes à sua profissão.

O contexto socioeconômico brasileiro também influencia de maneira significativa a violência policial. A desigualdade social, a pobreza, o desemprego e a falta de acesso a serviços

públicos de qualidade aumentam a tensão e a vulnerabilidade das comunidades, intensificando os conflitos e interações negativas com a polícia (MACHADO; NORONHA, 2002).

Em suma, a violência policial no Brasil é um fenômeno complexo, multifacetado e enraizado em aspectos históricos, sociais, culturais e estruturais. Para enfrentar essa problemática, é essencial uma abordagem integrada que vise transformar a cultura institucional, investir em formação profissional, reestruturar as instituições policiais e promover a igualdade social.

1.2 DISCUSSÕES SOBRE O USO DE CÂMERAS PELOS POLICIAIS

O uso de câmeras pelos policiais tem se tornado objeto de crescente interesse e debate nas discussões sobre segurança pública. Essa tecnologia, muitas vezes incorporada em dispositivos portáteis ou instalada em viaturas policiais, visa registrar as interações entre os agentes da lei e os cidadãos durante o exercício de suas funções. A implementação de câmeras em contextos policiais levanta questões relacionadas à transparência, prestação de contas, proteção dos direitos individuais e eficácia policial.

Um dos principais argumentos que pese favor dessa implementação, é a promoção da transparência e da responsabilização dos agentes de segurança. A presença dos dispositivos pode inibir comportamentos inadequados, tanto por parte dos policiais quanto dos cidadãos, contribuindo para um maior controle da atividade repressiva estatal.

No entanto, é importante ressaltar que a simples presença de câmeras não garante uma atuação policial adequada e ética. Aspectos relacionados à política de uso, armazenamento e acesso às imagens são fundamentais para o sucesso e a legitimidade dessa ferramenta. É necessário estabelecer diretrizes claras para o manuseio das gravações, garantindo a privacidade e a segurança das informações capturadas.

Além disso, há discussões sobre o impacto desse uso, na relação entre os policiais e as comunidades, especialmente em áreas historicamente afetadas pela violência policial. A implementação pode ser vista como um passo em direção à reconstrução da confiança entre a polícia e a população, mas requer um diálogo aberto e contínuo com as comunidades envolvidas (MONTEIRO, 2022).

No âmbito jurídico, essa aplicação, levanta questões sobre a coleta, armazenamento e utilização das imagens. A legislação precisa ser clara e precisa para garantir que os direitos individuais sejam respeitados, principalmente no que tange à privacidade e à proteção de dados (Silva, 2020).

Em síntese, o uso de câmeras pelos policiais é uma ferramenta em ascensão que possui o potencial de melhorar a prestação de serviços de segurança, a transparência e a responsabilidade das forças policiais. No entanto, é crucial que sua implementação seja cuidadosamente planejada, levando em consideração aspectos técnicos, legais e sociais, para garantir os benefícios desejados sem infringir direitos fundamentais.

2 IMPACTO DO MONITORAMENTO POLICIAL COM CÂMERAS

O impacto do monitoramento policial por meio de câmeras é uma questão amplamente debatida no cenário da segurança pública. Essa tecnologia tem a capacidade de influenciar tanto a conduta dos policiais quanto o comportamento dos cidadãos, além de ter implicações jurídicas relevantes. A implementação, nas atividades policiais busca promover a transparência, aumentar a prestação de contas e aprimorar as práticas de segurança, mas também levanta preocupações relacionadas à privacidade e ao uso ético das informações capturadas.

A presença dos dispositivos, pode exercer um efeito dissuasório sobre a ação de agentes infratores e, conseqüentemente, contribuir para a redução da criminalidade. Estudos têm demonstrado uma correlação positiva entre a utilização de câmeras de monitoramento e a diminuição de ocorrências criminais em áreas sob vigilância constante (MONTEIRO, 2022). A presença ostensiva dos mecanismos pode criar um ambiente inibidor para a prática de delitos, sendo uma ferramenta importante para a segurança pública.

Além disso, o monitoramento por câmeras também pode auxiliar na elucidação de crimes, fornecendo evidências cruciais para investigações e processos judiciais. Imagens capturadas, podem ser essenciais para a identificação e condenação de suspeitos, aumentando a eficácia do sistema de justiça criminal (TAVARES, 2022).

Contudo, é importante ressaltar que a eficácia do monitoramento policial, não é um consenso absoluto. Alguns estudos apontam que, embora esses dispositivos possam ter um impacto inicial positivo na redução da criminalidade, esse efeito pode diminuir ao longo do

tempo (MONTEIRO, 2022). Fatores como adaptação dos infratores e limitações tecnológicas podem influenciar a eficácia do monitoramento.

No contexto jurídico, a utilização de câmeras pela polícia levanta questões sobre a proteção de dados pessoais e a privacidade dos cidadãos. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), é fundamental garantir a segurança e a privacidade das informações capturadas pelas câmeras, bem como o consentimento dos indivíduos que possam ser identificados nas gravações.

Em síntese, o monitoramento policial através destes mecanismos de gravação, representa uma ferramenta importante no contexto da segurança pública, com potencial para inibir a criminalidade e contribuir para investigações mais eficazes. No entanto, é essencial considerar cuidadosamente os aspectos legais, éticos e sociais envolvidos para garantir um equilíbrio entre a segurança da sociedade e a proteção dos direitos individuais.

2.1 CONCEITO, TECNOLOGIAS E IMPLEMENTAÇÃO EM OUTROS PAÍSES

O conceito, tecnologias e a implementação de monitoramento policial com câmeras têm se destacado como uma estratégia significativa em muitos países para aumentar a segurança pública e garantir transparência nas ações policiais. Esse tipo de monitoramento consiste no uso de dispositivos de gravação visual para capturar atividades e interações em áreas públicas, especialmente nas operações policiais. Essa tecnologia visa promover a prestação de contas, fornecer evidências para investigações e, potencialmente, inibir comportamentos antiéticos e ilegais.

A conceitualização de monitoramento policial por câmeras é embasado na ideia de que a presença dos dispositivos pode exercer um efeito inibidor sobre a criminalidade e, ao mesmo tempo, melhorar a resposta da polícia aos incidentes.

No que diz respeito às tecnologias envolvidas, o monitoramento policial com câmeras inclui uma variedade de dispositivos, tais como câmeras corporais, câmeras em viaturas e câmeras fixas em pontos estratégicos. Essas tecnologias são frequentemente interligadas a centros de controle, permitindo a visualização e análise em tempo real das informações capturadas (MONTEIRO, 2022).

Países como os Estados Unidos e o Reino Unido têm sido pioneiros na implementação e utilização extensiva dos dispositivos de vigilância para monitoramento policial. O modelo britânico, por exemplo, é caracterizado por uma ampla rede de câmeras de circuito fechado de televisão (CCTV) nas áreas urbanas, sendo gerenciadas por autoridades locais e compartilhadas com a polícia (Pires, 2017). Nos Estados Unidos, as *body cams* são amplamente utilizadas por diferentes departamentos policiais para registrar interações com o público e incidentes durante o serviço (Santos, 2019).

A implementação bem-sucedida dessas tecnologias depende de uma abordagem integrada, que englobe políticas claras, treinamento adequado para os policiais e uma estrutura de governança eficaz. Conforme salienta Barbosa (2020), "a implementação do monitoramento policial com câmeras deve ser acompanhada de diretrizes operacionais específicas, garantindo o uso ético e responsável das informações coletadas."

Em conclusão, o monitoramento policial com câmeras representa uma ferramenta valiosa para aprimorar a segurança pública e garantir a responsabilidade dos agentes policiais. A utilização eficaz dessa tecnologia requer um equilíbrio entre a proteção dos direitos individuais e a segurança coletiva, além de uma estratégia bem elaborada de implementação e gerenciamento.

2.2 IMPACTOS POSITIVOS DA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA POR MEIO DAS CÂMERAS

A implementação da vigilância, como meio de redução da violência tem sido um tema de interesse crescente em diversos países. Busca-se compreender os casos de sucesso onde a introdução de câmeras se mostrou eficaz na diminuição da violência e como essa tecnologia pode contribuir para a segurança pública.

Estudos têm apontado que essa aplicação pode, de fato, impactar positivamente na redução da violência. A presença de câmeras em locais estratégicos pode desencorajar comportamentos agressivos, contribuindo para a diminuição de crimes como roubos e agressões.

Outro aspecto relevante é o papel desses mecanismos, na elucidação de crimes e no processo investigativo. Conforme destacado por MACHADO (2022), a presença de câmeras pode fornecer evidências cruciais para a identificação e responsabilização de suspeitos,

umentando a eficácia do sistema de justiça criminal. Casos de homicídios, por exemplo, podem ser esclarecidos mais rapidamente com o auxílio das imagens capturadas por câmeras de segurança (Mendes, 2017).

Os casos de sucesso no uso de câmeras para a redução da violência não se restringem a um país específico. Experiências bem-sucedidas foram registradas em diferentes regiões, incluindo países europeus, asiáticos e das Américas. Por exemplo, o projeto de vídeo monitoramento em Londres, Reino Unido, é frequentemente citado como um caso emblemático de sucesso, onde a presença massiva de câmeras contribuiu para a redução da criminalidade em áreas monitoradas (Pereira, 2019).

Em síntese, os casos de sucesso na utilização de câmeras para a redução da violência destacam a eficácia dessa tecnologia em inibir crimes, fornecer evidências para investigações e promover mudanças comportamentais na população. No entanto, é fundamental considerar a necessidade de políticas claras para o uso dos dispositivos, bem como a proteção da privacidade e dos direitos individuais dos cidadãos.

3 DEBATE SOBRE TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO NA SEGURANÇA

O debate sobre tecnologias de monitoramento na segurança ganhou relevância significativa nos últimos anos, especialmente no que diz respeito ao uso desses equipamentos acoplados ao equipamento das forças policiais. Se tornando um tema de relevante e que necessita de debates para aprimorar-se cada vez mais. Encontrar um equilíbrio entre o uso dessas tecnologias para melhorar a segurança pública e garantir o respeito aos direitos civis é um desafio complexo que continua a ser discutido em diversos âmbitos da sociedade.

3.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA DO MONITORAMENTO POLICIAL

A análise de estatísticas é uma ferramenta fundamental para avaliar a efetividade do monitoramento policial por meio de câmeras. A coleta, interpretação e apresentação de dados estatísticos permitem compreender o impacto dessa tecnologia na segurança pública, fornecendo informações essenciais para a tomada de decisões e o aprimoramento das políticas de segurança.

De acordo com Silva (2019), a análise estatística no contexto do monitoramento policial é uma abordagem metodológica essencial para mensurar o impacto das câmeras na redução da criminalidade. A coleta sistemática de dados sobre ocorrências antes e após a implementação dos mecanismos de filmagem permite comparar os índices de crimes, possibilitando inferências sobre a influência da tecnologia.

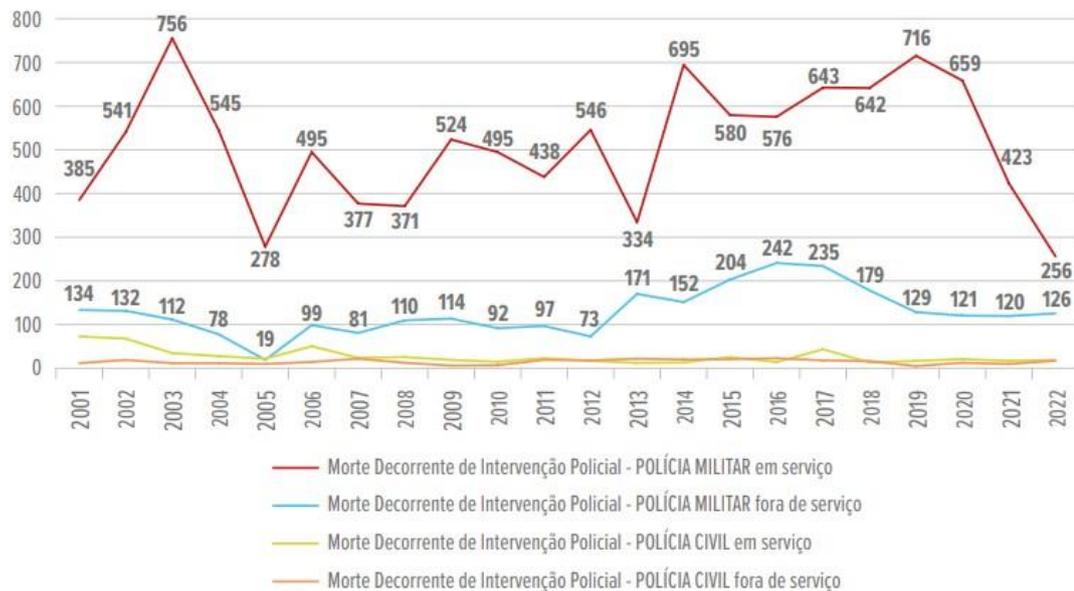
Um estudo conduzido por Lima (2018) analisou dados estatísticos de uma cidade que implementou dispositivos de vigilância e constatou uma redução significativa na taxa de crimes violentos, corroborando com a eficácia do monitoramento policial. Além disso, a pesquisa apontou que a presença das câmeras também resultou em uma maior taxa de solução de casos criminais.

Outro aspecto crucial na análise estatística é a diferenciação dos tipos de crimes afetados pelo monitoramento. Conforme destaca Pereira (2020), é fundamental examinar se as câmeras influenciam mais na redução de crimes contra o patrimônio (como furtos e roubos) ou contra a integridade física (como homicídios e agressões). Essa distinção pode orientar estratégias específicas de prevenção.

Além da diminuição dos índices de criminalidade, a análise estatística pode revelar informações sobre o tempo de resposta da polícia em emergências, identificando se o monitoramento resulta em uma atuação mais rápida e eficaz. Esse indicador é crucial para avaliar a eficiência do sistema de segurança.

Quando analisamos dados estatísticos relacionados a polícia de São Paulo por exemplo, que fora uma das primeiras no país a aderir o monitoramento dos policiais, nota-se uma significativa diminuição na letalidade policial em serviço, como podemos ver a seguir no estudo realizado pelo FBSP (2023), juntamente com a UNICEF.

GRÁFICO 1: Mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora, PM e PC, no Estado de São Paulo

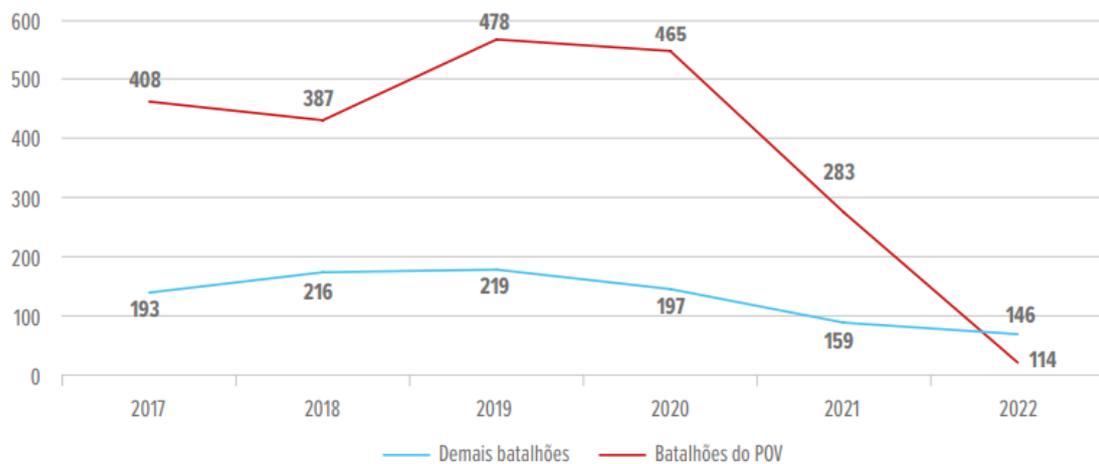


Vale analisar também, a diferença dos casos de letalidade policial, em batalhões adeptos ao Programa Olho Vivo, que justamente implementa dispositivos de gravação, nas fardas dos agentes de segurança pública, e batalhões que seguem sem essa intervenção tecnológica.

Até o final de 2022, 62 dos 135 batalhões da PMESP faziam parte do Programa Olho Vivo. A adesão ao programa aconteceu aos poucos e cinco datas marcam a entrada de diferentes conjuntos de batalhões. Em agosto de 2020, as câmeras são adotadas nos três primeiros batalhões: 11º BPM/M, 13º BPM/M e 37º BPM/M, todos da Capital. Em junho de 2021, mais 15 batalhões passam a fazer parte do programa, incluindo três Batalhões Especiais de Polícia (BAEP) e o 1º Batalhão de Choque, a ROTA. Em janeiro de 2022, 16 batalhões aderem ao uso das câmeras e, em maio do mesmo ano, são incluídos mais 13 batalhões ao programa. Por fim, em agosto de 2022, mais 15 batalhões passam a utilizar as COP. (UNICEF, 2023, p. 19)

Embora haja uma diminuição geral nas fatalidades resultantes das intervenções da Polícia Militar no estado, é notável que, ao comparar os batalhões participantes do Programa Olho Vivo com aqueles que não aderiram ao uso das Câmeras Operacionais de Polícia (COP), há uma tendência de redução da letalidade mais acentuada entre as unidades que adotaram essa tecnologia, como evidenciado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 2: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
por ano - batalhões do programa e demais batalhões (2017-2022)



Fonte: FBSP 2023

Entretanto, é importante frisar que a análise estatística precisa ser conduzida de maneira cuidadosa, considerando variáveis como densidade populacional, presença policial, políticas de segurança e características socioeconômicas da região.

Em resumo, a análise de estatísticas desempenha um papel central na avaliação da efetividade do monitoramento policial com câmeras. A correta interpretação dos dados estatísticos contribui para uma compreensão aprofundada dos impactos dessa tecnologia na segurança pública, possibilitando o desenvolvimento de políticas mais eficazes.

3.2 PAPEL DAS PESQUISAS E DISCUSSÕES NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A formação de políticas públicas eficazes no âmbito da segurança demanda um processo robusto de pesquisa e discussão informada. O papel desempenhado por pesquisas empíricas, análises de dados e debates fundamentados é fundamental para a identificação de problemas, avaliação de políticas existentes e proposição de medidas mais eficazes.

Conforme pontuado por Carvalho (2011), a pesquisa é uma ferramenta essencial na formulação de políticas públicas, fornecendo dados e análises que embasam as decisões dos gestores e contribuem para o aprimoramento das estratégias de segurança. As pesquisas permitem a compreensão aprofundada do contexto social, econômico e cultural em que as

políticas serão implementadas, fornecendo subsídios para uma abordagem mais precisa e direcionada.

Um exemplo evidente do papel das pesquisas na formação de políticas mais eficazes pode ser observado na área de prevenção da criminalidade. Estudos como os de Almeida (2018) têm demonstrado que programas de prevenção baseados em evidências e direcionados a grupos específicos podem ser mais eficazes na redução da criminalidade do que abordagens generalizadas. Isso ressalta a importância de uma abordagem baseada em dados e pesquisas.

Além da pesquisa, a promoção de discussões informadas é igualmente relevante para a formação de políticas eficazes. Segundo Carvalho (2011), o diálogo entre especialistas, acadêmicos, autoridades e a sociedade civil possibilita a troca de ideias, experiências e perspectivas, enriquecendo o processo de tomada de decisão. A diversidade de opiniões e a consideração de diferentes pontos de vista podem resultar em políticas mais abrangentes e equitativas.

A incorporação de dados estatísticos é outro aspecto crucial na formação de políticas eficazes, pois a análise estatística dos índices de criminalidade, perfil dos infratores, áreas de maior incidência, entre outros, oferece informações valiosas para o desenho de estratégias de segurança mais focadas e efetivas. Dessa forma, as políticas podem ser direcionadas de maneira a atingir os pontos críticos de maneira mais precisa.

É importante ressaltar que a pesquisa e as discussões devem estar alinhadas com os princípios da democracia participativa, incluindo a participação ativa da sociedade civil. Em síntese, o papel das pesquisas e discussões informadas na formação de políticas mais eficazes é inegável. A utilização de dados, análises e diálogos embasados resulta em estratégias mais precisas e direcionadas, capazes de abordar os desafios da segurança pública de maneira mais eficaz e, conseqüentemente, promover um ambiente mais seguro e equitativo.

3.3 PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA SEGURANÇA MAIS JUSTA E EFETIVA

A busca por políticas públicas que promovam uma segurança mais justa e efetiva é um desafio constante. Nesse sentido, diversas propostas vêm sendo discutidas e analisadas com o objetivo de reformular e otimizar a atuação das forças de segurança e garantir a proteção eficaz dos cidadãos.

Uma das propostas centrais para uma segurança mais justa e efetiva é o fortalecimento da atuação policial pautada na proximidade com a comunidade. A aproximação entre a polícia e a população, conhecida como policiamento comunitário, tem sido amplamente defendida por pesquisadores e especialistas. Segundo Bohn (2015, p. 6):

A proposta do policiamento comunitário é justamente a aproximação e integração do público e da polícia, com o objetivo principal de romper o distanciamento entre a polícia e a sociedade bem como a hostilidade que existe neste relacionamento. A polícia comunitária surge como uma nova filosofia de trabalho e de atuação das polícias. Orientada a resolução dos problemas, vem ao oposto da polícia tradicional de controle. A polícia comunitária expressa a divisão de responsabilidades chamando a comunidade a participar, juntamente com a polícia na implementação de políticas públicas de segurança.

Ademais, a melhoria do sistema de justiça criminal é uma necessidade incontestável para alcançar uma segurança mais justa e efetiva. Acelerar os processos judiciais, garantir a eficiência na aplicação das leis e promover uma justiça mais acessível e imparcial são pontos essenciais. Segundo Lopes Jr. (2020) a otimização do sistema de justiça criminal é crucial para garantir a punição adequada dos infratores, reduzindo a impunidade e aumentando a eficácia das políticas de segurança.

A tecnologia também é um aliado importante na busca por uma segurança mais justa e efetiva. A utilização de sistemas de monitoramento e vigilância eletrônica, incluindo câmeras de segurança, pode auxiliar na prevenção e investigação de crimes. Além disso, a implementação de tecnologias de inteligência artificial para análise de dados pode oferecer insights valiosos para estratégias de segurança mais precisas e embasadas.

Por fim, a transparência e o controle social sobre as ações das forças de segurança são princípios fundamentais para garantir uma segurança mais justa. A promoção da transparência por meio da divulgação de informações sobre políticas e práticas policiais pode contribuir para a responsabilização e para a confiança da população nas instituições de segurança.

Em resumo, a busca por políticas públicas que promovam uma segurança mais justa e efetiva é um desafio complexo, mas factível. Através do fortalecimento do policiamento comunitário, investimento em prevenção, melhoria do sistema de justiça, uso da tecnologia e promoção da transparência, é possível caminhar em direção a um sistema de segurança mais eficaz e justo.

CONCLUSÃO

Diante da complexidade e sensibilidade inerentes à segurança pública e aos direitos humanos, a introdução de tecnologias como as câmeras corporais e sistemas de vigilância para os agentes de segurança representa um passo crucial em direção a uma abordagem mais transparente e responsável. Estas tecnologias têm o potencial de transformar significativamente a relação entre a polícia e a comunidade, fornecendo um registro imparcial e detalhado das interações durante as operações policiais. Além disso, tais ferramentas tecnológicas estabelecem uma base sólida para a responsabilização e a confiança mútua entre os órgãos de segurança e a população.

As câmeras corporais, quando adequadamente utilizadas, podem servir como mecanismos de controle e equilíbrio, fornecendo uma narrativa factual dos eventos. Isso é particularmente relevante em um cenário em que a confiança na atuação policial muitas vezes é abalada por incidentes de violência e abuso de poder. Com registros visuais disponíveis, é possível avaliar com mais precisão as ações dos agentes e as circunstâncias que envolveram o uso da força, garantindo assim uma análise justa e uma prestação de contas eficaz.

No contexto brasileiro, onde a letalidade policial é uma questão de grande preocupação, a implementação estratégica de câmeras por policiais pode desempenhar um papel vital na redução da violência e na promoção de práticas policiais mais seguras e responsáveis. A análise cuidadosa dos eventos capturados por essas câmeras pode informar políticas e ações que busquem abordagens menos letais, garantindo, assim, um equilíbrio delicado entre a manutenção da ordem pública e o respeito aos direitos fundamentais.

A letalidade policial é um fenômeno multifacetado e influenciado por diversos fatores, incluindo o contexto social, econômico, político e cultural de uma nação. No caso brasileiro, a questão é agravada pela presença disseminada de armas de fogo e pela presença de organizações criminosas poderosas. A introdução de câmeras como parte da rotina policial pode atuar como um fator de dissuasão, tanto para a utilização desnecessária da força por parte dos policiais quanto para a prática de crimes.

A pesquisa realizada, fundamentada em uma revisão abrangente da literatura pertinente, oferece um embasamento sólido para a compreensão da eficácia e relevância da utilização de câmeras por policiais. Ao analisar as interconexões entre segurança pública, respeito aos direitos humanos e letalidade policial, este estudo contribui para a promoção de

políticas mais informadas e, conseqüentemente, para uma sociedade mais segura, justa e equitativa. As evidências apresentadas demonstram que a implementação dessas tecnologias deve ser considerada como uma estratégia viável para aprimorar a segurança pública, sempre dentro de um quadro ético e legal que preserve os direitos fundamentais de todos os cidadãos. É uma iniciativa que, além de promover a segurança, busca reconstruir a confiança da população nas instituições policiais e fortalecer os alicerces democráticos da sociedade.

**THE POWER OF TRANSPARENCY: HOW CAMERAS IN POLICE VESTS CAN
TRANSFORM LAW ENFORCEMENT**

Wendell Dantas

ABSTRACT

This scientific article presented an analysis of the use of body cameras and surveillance systems by police forces and their impact on police lethality in Brazil. Public security is a fundamental aspect for social stability and development, however, balancing it with respect for human rights represents a complex challenge. Technology emerges as an important ally in this context, seeking to promote transparent, responsible and effective police action. The study was conducted through bibliographical research that included analyzes of scientific articles in specialized journals, reports from human rights organizations, academic theses and government documents and secondary data. Analysis of these sources provided an understanding of the relationship between the implementation of body cameras by police officers, public safety and respect for human rights. Police lethality is a critical problem in Brazil, evidenced by the alarming rate of deaths due to police intervention. The presence of body cameras can represent a transformative tool to address this issue, by providing a more accurate view of the circumstances in which force is used. This provides a careful analysis of police practices, identifying inappropriate behavior and encouraging the implementation of training and institutional changes necessary to mitigate lethality and promote the safety of everyone involved. Finally, the importance of responsible and effective implementation of body cameras by Brazilian police forces was noted as a strategy to guarantee public safety without compromising the fundamental rights of the population, contributing to an environment of mutual trust and accountability in the context of public security in the country.

Keywords: Public safety. Body cameras. Police lethality. Human rights. Police action.

REFERÊNCIAS

CÉO, Rafaela. Pm do distrito federal testa sistema americano que filma ação policial G1, Distrito Federal, 2012 Disponível em: <<https://g1globocom/distrito-federal/noticia/2012/12/pm-do-distrito-federal-testa-sistema-americano-que-filma-acao-policiahtml>>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020 Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 Disponível em: <<https://forumsegurancaorgbr/wp-content/uploads/2021/07/4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020pdf>> Acesso em 04 de junho de 2023

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021 Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 Disponível em: <<https://forumsegurancaorgbr/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021pdf>> Acesso em: 28 maio 2023

G1 – DF PM do Distrito Federal testa sistema americano que filma ação policial. Disponível em: <<http://g1globocom/distrito-federal/noticia/2012/12/pm-do-distrito-federal-testa-sistema-americano-que-filmaacao-policiahtml>> Acesso em: 09 junho de 2023

G1 - PMS DE SÃO PAULO COMEÇAM A USAR CÂMERAS ACOPLADAS AOS UNIFORMES G1, São Paulo, 2020 Disponível em: <<https://g1globocom/jornal-nacional/noticia/2020/08/04/pms-de-sao-paulo-comecam-a-usar-cameras-acopladas-aos-uniformesghhtml>> Acesso em: 10 junho de 2023

LIMA, Francisco Dulcillande da Silva et al. **Tecnologia das câmeras de videomonitoramento na segurança pública**. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 18, n. 1, 2018.

LINO, Mariene Cesar Munos Acebes Policiais creem na impunidade, diz pesquisador sobre violência no RJ Metr pole, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2021 Disponível em:

LOPES JR, Aury. **Fundamentos do Processo Penal-Introdução Crítica**-6ª Edição 2020. Saraiva Educação SA, 2020.

LUM, Cynthia Body-worn cameras' effects on police officers and citizen behavior: A systematic review, disponível em: <<https://onlinelibrarywileycom/doi/101002/cl21112>> Acesso em 06 junho de 2023

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. **A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas**. Sociologias, p. 188-221, 2002.

MARTINS, Leonardo e FERREIRA, Lola MP pede arquivamento de 90% de mortes cometidas por policiais em SP e Rio UOL, 2021 Disponível em:

<https://noticiasuolcombr/cotidiano/ultimas-noticias/2021/11/12/denuncias-e-arquivamentos-mortes-policiais-rj-sphm> Acesso em: 10 junho 2023

MATTOS, Márcio Júlio da Silva. O que pensam os policiais militares do distrito federal sobre as câmeras corporais? Fonte Segura, Fórum Brasileiro de Segurança Pública Disponível em: <https://fonteseguraforumsegurancaorgbr/o-que-pensam-os-policiais-militares-do-distrito-federal-sobre-as-cameras-corporais/> Acesso em: 08 junho de 2023

MENA, Fernanda, *et al* Bala Perdida: a Violência Policial no Brasil e os Desafios Para sua Superação 1 ed Boitempo Editorial, 2015

MONTEIRO, Joana et al. Avaliação do impacto do uso de câmeras corporais pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2022.

MUNOZ, Cesar IMPUNIDADE é a principal causa da violência da polícia no Brasil Observador, Lisboa, 13

SOARES, Luiz Eduardo; BATISTA, André, PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da tropa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.